



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença Prévia

LP Nº: 310583/2018

VÁLIDA ATÉ: 24/10/2021

PROCESSO Nº: 379621/2018

DATA DE PROTOCOLO: 27/07/2018

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

ATIVIDADE LICENCIADA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

LOCALIZAÇÃO: Av. Diamantino, Av. Municipal, Rua 01, Travessa República, Rua João B. de Almeida, Rua Frei Manoel, Rua Comendador Henrique, Rua 02 e Estrada Velha Alto Paraguai - Zona Urbana - Centro

MUNICÍPIO: Diamantino/MT
CEP: 78400-000

Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:26:38,85 - S: 14:24:34,82

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
CNPJ/CPF: 03.648.540/0001-74

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Administração pública em geral

RESTRIÇÕES: As Contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 120540 / CINF / SUIMIS / 2018

LOCAL E DATA

Cuiabá

25/10/2018

Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos

Bruno Saturnino do Nascimento

Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços

MÁRCIA CLÉIA VILELA DOS SANTOS

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

SIMIAME

Rua C, esq. com Rua F - Centro Político Administrativo - Cuiabá / MT
CEP: 78049-913 - Fones: (65) 3613-7200
www.sema.mt.gov.br



Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT

Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços - SUIMIS

Licença de Instalação

LI Nº: 69428/2018

VÁLIDA ATÉ: 24/10/2023

PROCESSO: Nº:379621/2018

DATA DE PROTOCOLO: 27/07/2018

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 38 de 21 de Novembro de 1.995 e alterada pela Lei Complementar nº 232 de 21 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.

DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO

RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

ATIVIDADE LICENCIADA:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

LOCALIZAÇÃO:

Av. Diamantino, Av. Municipal, Rua 01, Travessa República, Rua João B. de Almeida,
Rua Frei Manoel, Rua Comendador Henrique, Rua 02 e Estrada Velha Alto Paraguai -
Zona Urbana - Centro

Coordenadas geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:26:38,85 - S:
14:24:34,82

MUNICÍPIO:

Diamantino/MT

CEP:

78400-000

NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ/CPF: 03.648.540/0001-74

ATIVIDADE PRINCIPAL:

Administração pública em geral

RESTRIÇÕES:

As Contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.

DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:

- Conforme Parecer Técnico nº: 120540 / CINF / SUIMIS / 2018

LOCAL E DATA

Cuiabá

25/10/2018

Coordenador de Infraestrutura


Marinel Cátia Ferreira

Superintendente de Infraestrutura, Mineração,
Indústria e Serviços


MÁRCIA CLEIA VILELA DOS SANTOS

Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização

SUIMIS

Rua C, esq. com Rua F - Centro Político Administrativo - Cuiabá / MT
CEP: 78049-913 - Fones: (65) 3613-7200
www.sema.mt.gov.br

Parecer Técnico	
Análise visando a LP e LI do empreendimento.	
PT Nº: 120540 / CINF / SUIMIS / 2018	Processo Nº: 379621/2018 Data do Protocolo: 27/07/2018

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO

Interessado

- Nome / Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
- CPF/CNPJ: 03.648.540/0001-74
- Endereço: AMM (Associação Mato-Grossense dos Municípios), nº 3920-CPA, Av. Rubens de Mendonça. - CEP: 78050-902
- Município: Cuiabá - MT

Propriedade/Obra ou Empreendimento:

- Denominação: RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
- Localização: Av. Diamantino, Av. Municipal, Rua 01, Travessa República, Rua João B. de Almeida, Rua Frei Manoel, Rua Comendador Henrique, Rua 02 e Estrada Velha Alto Paraguai - Zona Urbana - Centro - CEP: 78400-000
- Município: Diamantino - MT
- Coordenada Geográfica: DATUM: SIRGAS2000 - W: 56:26:38,85 - S: 14:24:34,82

Responsável Técnico:

- Nome / Razão Social: GUSTAVO HENRIQUE FONCECA
- Formação: Engenheiro Ambiental - CREA : MT028948

Atividades Licenciadas:

- F4522-5 - Obras viárias

Não foi associado roteiro a este processo.

ANÁLISE TÉCNICA

1 – PROJETO PROPOSTO:

O projeto se refere às obras de recapeamento de pavimentação asfáltica de diversas vias, no perímetro urbano do município de Diamantino -MT, sendo que as mesmas se encontram consolidadas, totalizando 40.710,264 m² de área, contemplando as seguintes vias:

- Av. Diamantino: com 833,378 m de extensão e 9,50 m de largura;
- Av. Municipal: com 1.906,667 m de extensão e 8,0 m de largura;
- Rua 01: com 94,592 m de extensão e 7,00 m de largura;
- Travessa República - P1: com 120,000 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Travessa República - P2: com 159,287 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Rua João B. de Almeida: com 133,765 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Rua Frei Manoel: com 802,430 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Rua Comendador Henrique: com 179,500 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Rua 02: com 149,067 m de extensão e 7,0 m de largura;
- Estrada Velha Alto Paraguai: com 867,050 m de extensão e 7,0 m de largura.

Conforme o PCA, a empresa responsável pela execução das obras, deverá utilizar um

imóvel locado ou de propriedade da prefeitura e já provido de sistema de tratamento de esgoto individual e deverá ser disponibilizado banheiro químico no canteiro para os trabalhadores.

Quanto aos resíduos sólidos gerados durante a fase de implantação, estes deverão ser triados, acondicionados, armazenados e coletados adequadamente, sendo de responsabilidade da empreiteira.

1.2 – Impactos Ambientais:

- Aumento do potencial erosivo;
- Abertura de oportunidades de negócios para a população local;
- Alagamento e represamentos;
- Alteração no ordenamento do uso do solo;
- Assoreamento de corpos hídricos;
- Atropelamento de animais;
- Aumento de nível de ruídos e vibrações;
- Contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas;
- Degradação das áreas exploradas;
- Erosão e compactação dos solos;
- Geração de empregos para mão de obra local não especializada;
- Melhoria no acesso de bens e serviços pelas populações residentes;
- Riscos de acidentes.

1.3 – Medidas mitigadoras preventivas e corretivas:

- Utilização de filtros de poeira;
- Destinação final adequada para os resíduos;
- Evitar o transporte excessivo de materiais;
- Filtragem e recuperação de óleos e graxas;
- Estabelecimento de rotinas para coleta de lixo e de restos de vegetação;
- Campanhas educativas e elucidativas deverão ser apresentadas aos operários da obra, a fim de se evitar acidentes;
- Plantios e recomposições da flora local devem acontecer, bem como, a realização de coleta de resíduos;
- Implantação de sinalizações de vias em obras e homens trabalhando, e atender normas e recomendações de projeto e segurança reconhecidos;
- Prioridade de contratação de serviços para mão de obra será para população local;
- Controlar a velocidade dos veículos de transporte;
- Umedecer os caminhos de serviço uma vez ao dia;
- Manter e monitorar regularmente os motores de equipamentos, máquinas e veículos;
- Vedar a instalação de depósitos de material betuminoso próximos a curso d'água.

2 – HISTÓRICO:

Em 27/07/2018 sob o Protocolo nº 379621/2018 foi solicitada a Licença Prévia e de Instalação (fls. 02).

Em 17/09/2018 foi realizada vistoria de acordo com o Auto de Inspeção nº 177491 (fls. 130).

3 – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

3.1 – CONFERÊNCIA DOCUMENTAL:

Foram apresentados os seguintes documentos:

- Requerimento Padrão;
- Procuração emitida pela Prefeitura Municipal de Diamantino à Gustavo Henrique

Fonceca;

- Declaração da Prefeitura Municipal de Diamantino manifestando que o empreendimento está dentro das conformidades de Uso e Ocupação de Solo do Município;
- Cópia da ata de posse do Prefeito de Diamantino, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, bem como, do Diploma de Prefeito do mesmo, cópia dos seus documentos pessoais (RG) e comprovante de residência;
- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ);
- Publicação em Jornal Oficial dos Municípios e periódico local;
- Plano de Controle Ambiental (PCA);
- Mapa de Localização;
- Carta Imagem do município e seu entorno em relação à Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Bens Acautelados do IPHAN;
- Declaração emitida pelo técnico responsável, Gustavo Henrique Fonceca, onde informa ter consultado o banco de dados dos Bens Acautelados do IPHAN e não foi localizado nenhum vestígio arqueológico na Área Diretamente Afetada – ADA;
- Projeto Executivo de Engenharia da pavimentação, assinado pelo Eng.º Civil Luiz Fernando Pereira, acompanhado da sua ART (nº 2992093) e taxa devidamente quitada;
- Plantas;
- ART nº 2992270 do técnico responsável pelo licenciamento ambiental e PCA, o Eng.º Ambiental Gustavo Henrique Fonceca e taxa devidamente quitada;

3.2 – LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA

O empreendimento se localiza no município de Diamantino – MT, nas coordenadas geográficas:

Ponto Inicial: 14°24'34,82" S e 56°26'38,85" W.

3.3 – ANÁLISE TÉCNICA DO PROJETO

3.3.1 – Análise da Licença Prévia:

De acordo com vistoria “in loco”, realizada no dia 17/09/2018 (Auto de Inspeção n. 177491), o empreendimento se localiza dentro do perímetro urbano, se tratando de um traçado já consolidado.

A área de abrangência do projeto é representada por vias abertas, pavimentadas por meio de revestimento com paralelepípedo, em área residencial.

De acordo com a ferramenta SIMLAM, o empreendimento não está localizado em Unidade de Conservação ou amortecimento; não está localizado em Área de Restrição de Uso ou amortecimento; não está localizado em Terra Indígena ou amortecimento e não está localizado em ARL cadastradas no órgão.

O técnico responsável pelo licenciamento e pelo Plano de Controle Ambiental - PCA, Gustavo Henrique Fonceca (ART nº 2992270), através de declaração apresentada junto a esta secretaria, informa ter consultado o banco de dados dos Bens Acautelados do IPHAN e não foi localizado nenhum vestígio arqueológico na Área Diretamente Afetada – ADA.

Considerando que o projeto apresentado atende de forma satisfatória as exigências deste Órgão, consideramos viável a emissão da Licença Prévia.

3.3.2 – Análise da Licença de Instalação:

Desta forma, após análise do processo e documentos apresentados, constatamos que o projeto apresentado, atende de forma satisfatória as exigências deste Órgão.

Sendo assim, consideramos viável a implantação do empreendimento, sendo favoráveis à emissão da Licença de Instalação.

4 – CONCLUSÃO:

Após análise da documentação apresentada, **concluimos pela liberação da Licença Prévia e da Licença de Instalação** para as obras de recapeamento de pavimentação asfáltica

em várias vias do município de Diamantino – MT, devendo o empreendedor atender as condicionantes contidas neste parecer, para que seja dada continuidade ao Licenciamento Ambiental.

Cabe esclarecer que a SEMA/MT não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de controle ambiental aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

Este é o nosso parecer.

4.1 - CONDICIONANTES DE VALIDADE DA LICENÇA:

4.1.1 – Executar as obras de acordo com o projeto técnico apresentado na SEMA-MT;

4.1.2 – Apresentar relatório consolidado das ações de controle ambiental executadas ao final da implantação do empreendimento, a ser elaborado pelo Gestor Ambiental;

4.1.3 – O requerente deve observar atentamente para o total domínio dos equipamentos de controle ambiental, não sendo permitida a emissão de material particulado, poeiras e gases para o ambiente, bem como devem manter controle sobre resíduos sólidos e líquidos gerados, fazendo funcionar frentes de obras de acordo com o plano de controle ambiental apresentado;

4.1.4 – Todos os resíduos perigosos (incluindo embalagens vazias de produtos perigosos, estopas e panos sujos de óleo) deverão ser armazenados em área coberta, impermeável e com contenção secundária, para posterior destino a empresas especializadas em destinação destes descartes;

4.1.5 – Os resíduos sólidos gerados nas frentes de obras devem ser coletados e enviados para local adequado, não se permitindo a queima a céu aberto, com especial atenção para óleo lubrificante usado que necessariamente deve ser enviado para reciclagem, e material contaminado deve ser enviado para empresas especializadas em destinação de resíduos Classe I;

4.1.6 – Para a execução da obra o material de empréstimo utilizado (caso for necessário) deverá ser oriundo de jazida licenciada junto a esta secretaria;

4.1.7 – A Sema/MT, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença, caso ocorra:

- a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a elaboração deste parecer;
- c) Graves riscos ambientais e de saúde pública.

4.1.8 – Veículos de transporte de cargas oriundos de bota fora ou de jazidas, deverão trafegar com lona de proteção, que deverão estar sempre em bom estado de conservação, fechando totalmente a carga;

4.1.9 – Todos os insumos de obras tais como material de empréstimo, madeiras, combustíveis, asfalto, cimento, agregados entre outros, devem ter origem de empreendimentos licenciados;

4.1.10 – Após a implantação do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar um relatório consolidado contendo as obras de infraestrutura, e dos planos ou medidas mitigadoras implantadas durante a fase de construção, acompanhado de relatório fotográfico.

Cuiabá - MT, 24 de outubro de 2018


Eliana Maria Moraes de Aguiar
Assistente Técnica I
SEMAMT


Fernando Araújo Bruno
Analista de Meio Ambiente
SEMAMT


José Ignácio Roberto Neto
Analista de Meio Ambiente
CREA-MT: 03494/D


De acordo
Marinel Catia Ferreira
Técnico Meio Ambiente
SEMAMT